

Editorial

O quadro de desigualdade social no Brasil vem conduzindo as políticas educacionais a se preocuparem com a evasão de alunos e neste contexto a reprovação é um dos elementos que acentua esse fenômeno. Quanto maior a evasão e a reprovação, mais acentuadas as divergências socioeconômicas e culturais num país e uma educação de qualidade pode conter os avanços da evasão e conter, inclusive, a evasão e o fracasso no ensino superior.

Assim também, a formação de professores e profissionais da educação como um todo trazem uma série de desafios para as políticas de ensino superior, uma vez que dada a dimensão continental do país formar professores que vivem em áreas longe dos centros urbanos e mesmo criar e manter escolas públicas nesses espaços, são objetivos que ainda não foram alcançados por completo.

Finais do século XX e início do século XXI, o Brasil buscou formular políticas e programas de novas propostas pedagógicas para identificar o fracasso escolar, revendo assim inovações no sistema educacional, entre elas: a implantação dos ciclos e a progressão continuada.

As políticas públicas educacionais no Brasil vêm desenvolvendo planos de ações com a finalidade de propiciar melhorias para o bem-estar comum da sociedade, mas precisa-se refletir sobre o seu andamento no sistema educacional. É preciso que se desenvolva políticas públicas voltadas para uma diminuição das desigualdades sociais discrepantes na sociedade brasileira e que atrapalha o desenvolvimento social; a cidadania e a qualificação para o trabalho.

O Estado têm obrigação de fornecer a todos os cidadãos brasileiros uma educação de qualidade e que o desenvolva e o prepare para torna-se um cidadão de bem e que o capacite para ter condições de ter um trabalho digno, capaz de lhe manter seu sustento e o da sua família, tendo assim uma vida honesta e digna.

As políticas públicas no Brasil surgiram desde os primeiros anos da república, quando se defendia o ensino primário gratuito para todos os foi permitida pela constituição, após com a criação da Associação Nacional da Educação – ANE, que favoreceu o ensino fundamental público obrigatório, foi nesse período que o Brasil já começou a desenvolver políticas públicas voltadas para a educação.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, é promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno exercício de muitos professores, no qual encontra-se despreparados, desmotivados, doentes, estressados para exercer suas funções de compartilhar o saber. Muitos alunos não frequentam as escolas, o analfabetismo ainda é grande no país, e precisamos de políticas públicas eficazes, que realmente atenda a demanda do que se precisa ser feito para que a Educação ganhe outros rumos dentro da nação. Importante destacar que o objetivo dos textos que compõem o dossiê é uma dupla reflexão, sobre a realidade vivida por estudantes e professores e sobre algumas políticas públicas educacionais para o conhecimento da realidade local, dos seus atores, das relações entre os mesmos e dos seus problemas.

É de extrema importância que seja feita uma reformulação dentro das escolas, para alcançar, encantar e ter os jovens mais dentro destes ambientes. Aquele ensinamento aonde apenas o professora fala e os alunos ouvem está fadado, pois com a tecnologia, a informação e a globalização, e preciso que todos em sala de aula estejam envolvidos e participem ativamente da aula, se sintam motivados e atraídos para dentro das escola, só assim teremos um ensino com qualidade, preparando esses jovens para a vida, sociedade e para o mercado de trabalho.

Boa leitura;

Os organizadores:

Profa. Dra. Maria Cecília de Souza Minayo (FIOCRUZ)

Profa. Dra. Kyldes Batista Vicente (Unitins)

Prof. Dr. Renan Antônio da Silva (UNIS, UMC e UNESCO)